

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário e segurança são as prioridades da Câmara..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não reivindicamos a redução de impostos"..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Executivos do setor já falam que será inevitável esticar o prazo até 2040..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara fará esforço concentrado para regulamentar reforma..... 10

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso: semana terá força-tarefa para votação de prioridades..... 12

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira volta aos trabalhos essa semana preparando novos acenos às bancadas do agro e evangélica de olho na sucessão..... 13

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara retoma trabalhos, e comissão do Senado deve votar PEC da Anistia já esta semana..... 15

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bets: problema de saúde financeira - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Diretora do Fed defende redução de juros nos EUA..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Qual é a chance de o BC subir o juro? - ALEX RIBEIRO..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

IPCA sobe mais que previsto, mas alimentos têm deflação (Editorial)..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB da bioeconomia" avançou 1,03% em 2023, afirma FGV..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Política monetária nos EUA..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Risco de alta da Selic segue no radar..... 26

Sistema tributário e segurança são as prioridades da Câmara

GABRIEL DE SOUSA E GUILHERME CAETANO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), já tem temas que pretende priorizar no segundo semestre. O alagoano quer aprovar uma nova etapa da regulamentação da **reforma tributária** e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que endurece o combate às facções criminosas. Os parlamentares terão de dividir a atenção aos temas com as campanhas eleitorais deste ano, que começam no próximo dia 16.

Em recesso desde 11 de julho, a Câmara deve voltar a votar projetos amanhã. Nesta e na última semana de agosto, a Casa vai fazer um esforço concentrado para aprovar as propostas de interesse da Mesa Diretora. Os dias 9, 10 e 11 de setembro também são considerados cruciais pelos líderes partidários.

No radar de Lira, também está um projeto de lei que permite a exploração turística em áreas ambientais preservadas. Os deputados também devem votar uma proposta que busca diminuir o número de indenizações pagas por empresas aéreas a passageiros por cancelamentos e atrasos.

TRIBUTÁRIA. A principal pauta de interesse de Lira e dos líderes partidários é o segundo projeto que regulamenta a **reforma tributária**, promulgada pelo Congresso em 2023. A intenção do presidente da Câmara é aprovar o texto até as eleições.

A Câmara já avalizou o primeiro projeto referente à tributária, que tratou do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Agora, os deputados pretendem discutir um texto que vai determinar a organização dos **tributos** aprovados pela Casa no primeiro semestre.

Segundo Mauro Benevides Filho (PDT-CE), relator do grupo de trabalho da regulamentação da reforma, a intenção é criar um comitê gestor para a distribuição dos **impostos** entre Estados e municípios. "A nova estrutura tributária brasileira precisa ter um comitê gestor que vai organizar como a distribuição da receita vai ser feita entre Estados e municípios e os julgamentos dos autos de infração." Além disso, até o final do ano, Lira pretende aprovar uma PEC que endurece as penas de facções criminosas e fortalece a segurança pública em regiões de fronteira. Lira quer

deixar como legado uma proposta que amplie os crimes inafiançáveis ligados a tráfico de armas, drogas e milícias, além de dificultar a soltura de integrantes de facções. A ideia é tornar mais rígidos os critérios de mudança do regime de cumprimento da pena para membros de facções.

SENADO. Já o Senado Federal retoma os trabalhos nesta semana tendo como prioridade votar projetos como a reoneração da folha e a dívida dos Estados e decidir se coloca um freio no trâmite da regulamentação da **reforma tributária**, que passou na Câmara.

Na reunião de líderes na manhã do dia 8, os senadores aprovaram um calendário para as próximas semanas, com duas semanas de sessões presenciais (12 a 16 de agosto e 2 a 6 de setembro) e duas semanas de sessões semipresenciais (19 a 23 de agosto e 26 a 30 de agosto). A partir de então os parlamentares devem se concentrar nas eleições municipais, que serão realizadas em outubro.

A reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia deve atrair os holofotes no começo da semana que vem. O governo quer acabar com a isenção de **impostos** que foi criada no governo Dilma Rousseff (PT) e que tem sido prorrogada desde então, mas parlamentares articulam uma alternativa intermediária.

Um projeto do senador Efraim Filho (União-PB) propõe uma reoneração gradual, começando com 5% em 2025, 10% em 2026 até 20% em 2027. Os bolsonaristas são contra tirar a isenção tributária concedida às empresas.

Já o projeto de lei complementar que trata das dívidas dos Estados, de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também está na pauta da semana. Cotado para disputar o governo de Minas Gerais em 2026, Pacheco apresentou um projeto sob medida para o seu Estado, retomando a premissa que defende desde 2023 sem atender aos demais entes.

Privilegiando uma exceção (a negociação com ativos), a primeira reação ao texto foi de insatisfação, segundo apurou o Estadão/ Broadcast.

"A nova estrutura tributária brasileira precisa ter um

comitê gestor que vai organizar como a distribuição da receita vai ser feita"

Mauro Benevides Filho Deputado federal (PDT-CE)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Sistema tributário e segurança são as prioridades da Câmara

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Não reivindicamos a redução de impostos"



Foto: Secovi

JOÃO SCHELLER

ENTREVISTA: Ely Wertheim, Executivo é formado em Administração de Empresas pela PUC-SP e em Matemática financeira pela Fundação Getulio Vargas

Uma das principais discussões envolvendo a regulamentação da **reforma tributária** que agora segue para apreciação no Senado são as alíquotas que incidirão sobre a venda e aluguel de imóveis. Representantes do setor travam uma "guerra de números" com o governo, divergindo sobre o impacto que as mudanças terão na carga cobrada nestas operações.

A equipe econômica defende que o aumento de preços será de cerca de 3,5% para imóveis acima de R\$ 2 milhões, com uma redução de mesma ordem para imóveis de até R\$ 200 mil. Já o presidente executivo do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais, ou Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), Ely Wertheim, afirma que estudos encomendados pela entidade apontam para um aumento de 3% a 6% nos preços.

"São estudos de duas consultorias de renome internacional, a Tendências Consultoria e a FM/Derraik, que indicam aumento no preço da tributação", afirma Wertheim em entrevista ao Estadão. Segundo ele, para a manutenção da carga tributária atual seriam necessários redução de 60% da

alíquota do IVA para a construção e mercado imobiliário e 80% para a locação.

Atualmente, esses valores são de 40% e 60%, respectivamente.

Segundo ele, os dados utilizados pelo governo não foram apresentados para apreciação.

"Isso é uma opinião, não é um estudo", diz ele sobre o argumento de que o acúmulo de créditos ao longo da cadeia colaboraria para um aumento de produtividade do setor.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o Secovi avalia a atual proposta de regulamentação da **reforma tributária**, considerando as mudanças que já foram feitas na Câmara?

Melhorias aconteceram, mas elas ainda são insuficientes para evitar o aumento do preço da habitação. O redutor de 40%, assim como o de 60% para a locação, ainda são bastante insuficientes para que o preço da habitação e locação não subam.

Quais os redutores de alíquota que o setor defende durante a análise do projeto no Senado?

O pleito é o mesmo que a gente tinha junto à equipe econômica e junto à Câmara dos Deputados.

Nós temos vários estudos, em especial, dois feitos por consultorias econômicas de renome internacional, a Tendências Consultoria e a FM/Derraik. Esses estudos se aprofundam para entender a carga tributária e o impacto da reforma no setor imobiliário. Estes dois estudos foram feitos de forma independente, separados, e indicam o mesmo nível de necessidade de redutor, que é 60% para construção e mercado imobiliário e 80% para a locação.

Considerando que se mantenham os redutores como foram aprovados na Câmara, qual seria o impacto no setor?

Os valores dependem de cada faixa, mas, por exemplo, imóveis de cerca de R\$ 500 mil teriam 31% de aumento na carga tributária. Imóveis na faixa de R\$ 1 milhão teriam 49% de aumento na carga tributária.

Imóveis de R\$ 200 mil, cerca de 15% de aumento na carga tributária. Isso para os imóveis. No caso de

loteamentos você tem 68% de aumento na carga tributária e na locação, você tem 136% de aumento na carga, mantidos os redutores atuais.

Temos atualmente uma espécie de "guerra de números" entre o governo e o setor.

O governo publicou uma nota, inclusive, dizendo que não haveria aumento de tributação com a reforma.

Qual seria o motivo dessa divergência de números?

De fato a gente não conhece o motivo, porque o governo, a equipe econômica, nunca apresentou nenhum estudo, nenhum trabalho que validasse essa tese. Então eu não posso me manifestar sobre algo que eu não conheço. Sobre os nossos estudos, como falei, são de duas consultorias de renome internacional, a Tendências e a Derraik, que indicam aumento no preço da tributação.

Por outro lado, o próprio governo admite um aumento de 3,5% no valor do imóvel. Então eles admitem que não há neutralidade. Nós entendemos que esse aumento pode chegar a até 5%. E o que significa isso? Significa dobrar a carga tributária, tirar de uma série de famílias a condição de comprar casa própria com esse aumento de preço. É diferente de um copo d'água, que tem um valor baixo e não sofre tanto com um aumento de 5%. Mas, por conta dos valores altos, você faz com que famílias não tenham condição de comprar sua habitação com esse aumento.

E já não é fácil, as famílias já necessitam de financiamento, subsídios, não é fácil comprar um imóvel.

Essa estimativa de aumento seria de até 5%, então?

Entre 3% e 5% dependendo da faixa de preço, o imóvel teria essa oneração no preço, porque a carga tributária aumentaria.

O pleito do setor, portanto, não seria para redução de tributação e, sim, para se manter a carga tributária atual?

Em nenhum momento reivindicamos diminuição da carga tributária. Estamos apenas colocando algo que estava prometido na **reforma tributária**, que era o não aumento da carga tributária. Algo que é mencionado pelo governo é impacto que os créditos que serão acumulados ao longo da cadeia de produção podem ter para melhorar a produtividade do setor, o que levaria a uma redução nos preços.

Qual é a análise que vocês têm sobre essa possibilidade?

Não existe nenhum estudo que comprove isso. Onde tem esse estudo? Isso é uma opinião, não é um estudo. Essas duas consultorias que contratamos foram verificar os estudos de impacto em outros países que adotaram o IVA no mundo, e não se observou esse tal ganho de produtividade que o governo disse. Além disso, o governo não apresenta esse estudo. Isso está mais para a opinião do que para estudo. Será?

E se não? Quem garante?

Baseado em quê? Quais são os exemplos internacionais que comprovam isso?

Qual a expectativa do setor para a discussão do tema no Senado?

Sempre tivemos e vamos ter uma excelente relação institucional com o Poder Legislativo.

Isso é tradição do setor.

Além disso, temos muito embasamento técnico para justificar as nossas demandas. Nós não estamos pedindo redução da carga tributária. E nós temos comprovações técnicas.

Os estudos que o governo tem, ele nunca apresentou para a sociedade. Desconhecemos qualquer estudo que comprove essas teorias que o governo tem.

"Em nenhum momento reivindicamos diminuição da carga tributária. Estamos apenas colocando algo que estava prometido na **reforma tributária**, que era o não aumento da carga tributária"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Executivos do setor já falam que será inevitável esticar o prazo até 2040

JOSÉ FUCS

Até agora, incluindo a Sabesp, já foram realizados 46 leilões de concessão e privatização dos serviços de saneamento desde julho de 2020, em 19 Estados, de acordo com a Abcon, associação que reúne as empresas privadas do setor de saneamento, e contratados cerca de R\$ 140 bilhões em novos investimentos privados na área até 2033, sem contar os recursos obtidos com a venda de ações da ex-estatal paulista no mercado global e os valores pagos como outorga aos controladores, que somaram R\$ 49,5 bilhões.

Há, ainda, conforme a Abcon, um novo ciclo de projetos sendo estruturados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e por consultorias privadas.

No total, são 43 projetos em estruturação, com potencial para render mais R\$ 105 bilhões em novos investimentos e outorgas, segundo a entidade, incluindo as concessões do Piauí e de Sergipe.

Para a universalização do saneamento até 2033 se concretizar, porém, será preciso acelerar ainda mais o volume dos investimentos daqui para frente, de acordo com analistas e profissionais que atuam no setor.

Muitos executivos já falam que será inevitável esticar o prazo até 2040 - uma medida prevista na nova legislação, desde que haja o aval da agência reguladora para que a meta seja atendida em todo o País.

A Equatorial Participações e Investimentos, que passou a ser investidora de referência da Sabesp e a ocupar um assento no conselho de administração com a conclusão da oferta pública da empresa, se comprometeu a entregar a universalização até 2029, quatro anos antes do prazo previsto pelo novo marco.

Para isso, terá de expandir a rede de tratamento de esgoto para mais 10 milhões de pessoas, a de coleta para 5 milhões e a rede de água para 2 milhões, inclusive em áreas rurais.

No entanto, muitas cidades, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, devem atrasar a meta. Segundo Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp e

consultor da GO Associados, ainda há 579 municípios em situação irregular, 80% dos quais de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes. São municípios que têm contratos precários com as operadoras ou assinaram contratos com empresas que ainda não comprovaram capacidade financeira para promover a universalização ou não incluíram no documento as metas previstas no novo marco.

"Quanto mais tempo passa, mais difícil fica alcançar as metas, porque tem de captar recursos no menor prazo possível, em volume alto, e intensificar as obras nas cidades, com mais frentes de trabalho", diz Neuri Freitas, presidente da Aesbe, a entidade que reúne as empresas estaduais de saneamento, e da Cagece, a companhia de água e esgoto do Ceará, que realizou uma concessão na área em 2023, para atendimento a 24 municípios nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, onde fica Juazeiro do Norte.

Em tese, conforme o novo marco, os retardatários deveriam perder o direito de receber verbas federais e contrair empréstimos com bancos públicos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, flexibilizou a punição por meio de dois decretos editados em julho do ano passado, a partir de um acordo feito com o Congresso, após uma tentativa fracassada de revogar a essência do dispositivo, que permitiria, entre outras coisas, a manutenção pelos municípios de contratos sem licitação com as estatais de saneamento.

REFORMA TRIBUTÁRIA. De acordo com representantes do setor, a **reforma tributária** promulgada pelo Congresso no fim do ano passado penalizou o saneamento básico, ao não incluir a atividade como sendo um serviço da área de saúde, o que beneficiaria o setor com desconto de 60% sobre a alíquota de referência, de 26,5%. Segundo eles, o enquadramento do saneamento na área de saúde teria impacto de 0,2 ponto porcentual na alíquota geral e manteria praticamente inalterada a atual carga tributária da atividade no novo sistema.

"É difícil entender como o Congresso, que debateu tanto o marco legal, dizendo que a iniciativa privada iria ajudar a universalização, que a gente iria alcançar isso em dez anos, aprovou uma **reforma tributária** que incluiu um aumento de **tributos** para o setor de

saneamento", afirma Freitas. Se o texto não for modificado no Senado, deverá haver uma alta de 18 pontos percentuais na carga tributária do setor, de acordo com a GO Associados.

Em atraso Segundo a GO Associados, há 579 municípios em situação irregular, 80% dos quais de pequeno porte

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

METAS AMBICIOSAS

Setor tem batido recordes de investimento, mas rede de esgoto e nível de tratamento são muito baixos

População atendida

EM PORCENTAGEM DO TOTAL

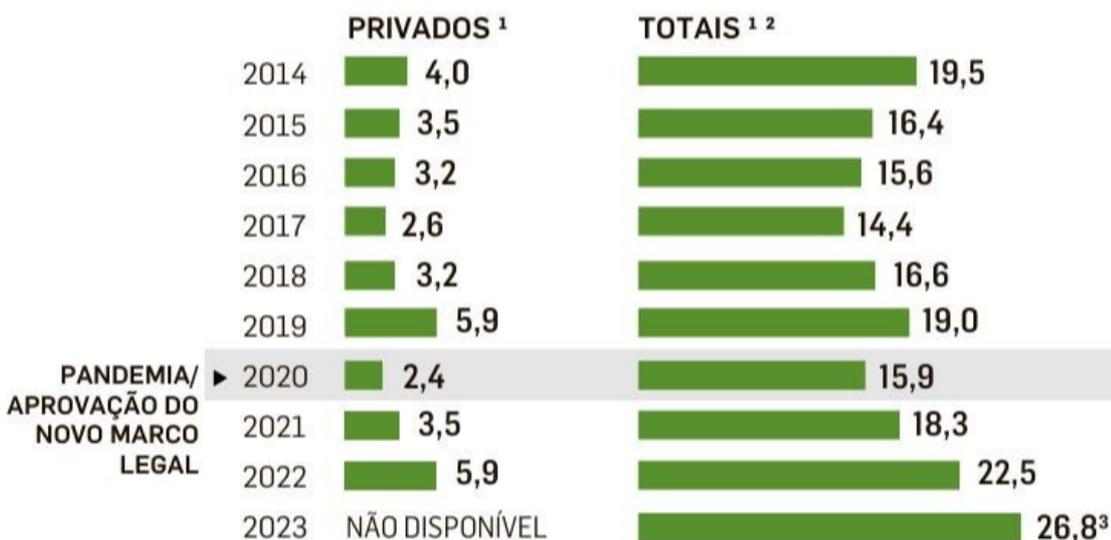
2022* 2033**



*ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL; ** METAS DO NOVO MARCO REGULATÓRIO

Investimentos

EM BILHÕES DE REAIS



¹ VALORES DE 2014 A 2022 ATUALIZADOS PELA INFLAÇÃO (IPCA); ² INCLUI EMPRESAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SANEAMENTO; ³ ESTIMATIVA EM VALORES DE 2023

FONTES: ABCON/SNIS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Câmara fará esforço concentrado para regulamentar reforma



Benevides: relator disse que conversará com líderes para saber se precisará fazer mais alterações na proposta

Raphael Di Cunto De Brasília

A Câmara dos Deputados voltará aos trabalhos após três semanas de recesso informal com a meta de aprovar a segunda etapa da regulamentação da **reforma tributária**, o projeto de lei que disciplina a distribuição de recursos entre os Estados e municípios e cria o comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Além disso, deve tratar de mudanças na Lei Geral do Turismo e de propostas para ajudar a população do Rio Grande do Sul por causa das enchentes que destruíram parte do Estado.

A Câmara fará três semanas de esforço concentrado durante o período de campanha nas eleições municipais: 12, 13 e 14 de agosto; 26, 27 e 28 do mesmo mês; e 9, 10 e 11 de setembro. Nas demais semanas até 6 de outubro, os deputados devem ficar em seus Estados e não haverá sessões deliberativas em Brasília.

O projeto da **reforma tributária** deve ser o mais importante a ser votado nesse período. O texto foi apresentado pelo grupo de trabalho e pelo relator, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), ainda em julho, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), preferiu deixar a votação para agosto para que não contaminasse o projeto principal, e bem mais complexo, que estabeleceu as regras de funcionamento do novo sistema tributário.

Benevides afirmou que não recebeu novas demandas por mudanças no projeto após a apresentação do relatório, mas que conversará com os líderes dos

partidos e Lira na terça-feira para saber se precisará fazer mais alterações na proposta. A expectativa é de que o projeto seja votado já na noite de terça-feira.

Um dos impasses, segundo o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que também participou do grupo de trabalho, é o marco temporal para quitação do Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI). Hoje a cobrança ocorre na hora do registro do imóvel no cartório pelo novo proprietário, mas os municípios querem que o pagamento seja feito no momento de assinatura do contrato de compra e venda, para evitar os "conrtatos de gaveta". O valor da alíquota continuará a ser decidido em lei municipal.

O governo Lula (PT) também tenta aprovar o programa Acredita, que cria linhas de financiamento a pequenos empreendedores e busca fomentar o microcrédito. Além disso, amplia o papel da Empresa Gestora de Ativos, que passa atuar como securitizadora no mercado imobiliário, e institui o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial (Eco Invest Brasil), para "oferecer soluções de proteção cambial aos investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis" no Brasil.

O Acredita está em uma medida provisória (MP) enviada em abril pelo governo, mas que pouco avançou até agora. A MP está travada diante do impasse entre Câmara e Senado sobre o rito de tramitação e perderá a validade no dia 20 de agosto. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), reapresentou o texto como um projeto de lei em maio e um requerimento de urgência foi aprovado em junho. Mas Lira até hoje não nomeou um relator para permitir a votação em plenário.

Outro projeto que pode ser votado é o que promove mudanças na Lei Geral do Turismo, para acabar com a responsabilidade solidária das agências de viagem em caso de cancelamento e limitar as indenizações por danos morais a passageiros por conta de problemas em voos ou com bagagens. O projeto foi aprovado pelo Senado em junho e o relator na Câmara, deputado Paulo Azi (União-BA), prometeu entregar o parecer rapidamente para que seja votado em agosto.

Estão no radar também propostas de auxílio ao Rio Grande do Sul - cinco projetos de lei ganharam

urgência antes do recesso, como um Refis para as empresas gaúchas e medidas para o setor agropecuário, mas ainda dependem de acordo com o governo para serem votados. Outro assunto que pode entrar em pauta é o projeto de lei que concede isenção de Imposto de Renda para o prêmio recebido pelos medalhistas olímpicos. O governo enviou uma medida provisória com esse objetivo, mas que valerá apenas para os atletas de 2024.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954?page=1§ion=1)**

Congresso: semana terá força-tarefa para votação de prioridades

A semana começa com a força-tarefa da Câmara dos Deputados para votação de prioridades. E o segundo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** está entre elas. A proposta trata do comitê gestor do IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços, que vai substituir o ICMS e o ISS. É a estrutura básica e como será feita a organização e a distribuição do imposto. Ela tramita em regime de urgência. E o governo quer concluir a votação até o fim do ano.

Enquanto a Câmara discute **Reforma Tributária**, no Senado os assuntos deverão ser: Venezuela, desoneração e dívida dos estados. Venezuela com previsão de ida do assessor especial da presidência, Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores na quinta-feira (15).

Já a desoneração ainda precisa de acordo. Tanto é que a proposta estava com votação prevista para a semana passada e foi adiada. A reoneração gradual a partir de 2025 já está decidida. O impasse está nas formas de compensação dessa desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

O Senado apresentou, antes do recesso, uma lista de sugestões. O governo pode também alterar a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. E o Congresso precisa decidir isso até 11 de setembro, quando vence o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal. Reunião de líderes nesta semana deve definir a questão.

Assim como a proposta de renegociação da dívida dos estados, o projeto que cria Propag, o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados. A proposta tem como relator o senador Davi Alcolumbre. A previsão de votação em plenário é na terça ou na quarta-feira, segundo o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2024-08/congresso-semana-tera-forca-tarefa-para-votacao-de-prioridades>

Lira volta aos trabalhos essa semana preparando novos acenos às bancadas do agro e evangélica de olho na sucessão

Com a volta dos trabalhos legislativos e a retomada da discussão sobre a sucessão na Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), terá que fazer novos acenos às bancadas ruralista e evangélica. Os dois grupos são considerados fundamentais para dar suporte ao postulante apadrinhado pelo atual comandante. Lira já externou a vontade de criar um consenso em torno de um único candidato e, por isso, precisará honrar compromissos neste semestre com o objetivo de atrair votos. O deputado já disse a aliados que definiria neste mês o nome que terá o seu apoio na corrida pela cadeira.

A preocupação em atrair as duas frentes é justificável: os grupos, que têm integrantes em comum, representam boa parte dos 513 membros da Câmara. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conta com 304 deputados, enquanto a bancada evangélica possui 212 signatários, dos quais 150 costumam votar em bloco. Conforme Lira disse ao GLOBO em julho, Elmar Nascimento (União-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antônio Brito (PSD-BA) estão no páreo pela sua indicação.

Um dos principais pedidos da bancada evangélica é a instalação da comissão representativa que analisará o PL antiaborto, intenção que foi anunciada pelo presidente da Câmara antes do recesso. Lira não se comprometeu a levar o polêmico tema ao plenário, mas as sessões deste colegiado já são vistas pelos parlamentares interessados no tema como um palanque suficiente para gerar discussões e repercussão às vésperas do pleito municipal, o que pode mobilizar o eleitorado conservador.

Projeto para pastores

Outro pedido importante da bancada religiosa é que seja pautado um projeto de lei que reforce a atuação de pastores para converter detentos à fé evangélica. Integrantes do bloco reclamam que uma resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, passou a dificultar a presença dos missionários. O governo nega e afirma que o texto trata apenas de uma recomendação às unidades com o objetivo de garantir "o direito de professar qualquer

religião ou crença" e assegurar "a atuação de diferentes grupos religiosos" no sistema penitenciário, "em igualdade de condições".

Outro foco de pressão sobre o presidente da Câmara está em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que inclui a criminalização do porte de drogas na Constituição, independentemente da quantidade - integrantes das bancadas evangélica e do agro desejam que o tema vá à votação no segundo semestre. O texto foi aprovado pelo Senado em abril, em um embate direto com o Supremo Tribunal Federal (STF), que julgava o assunto.

Em julho, o STF decidiu que a criminalização do porte de maconha para consumo próprio violava os direitos fundamentais à privacidade e à intimidade e definiu um parâmetro de 40 gramas para distinguir usuários de traficantes. O entendimento gerou reações da frente evangélica, que contesta a competência do Supremo para tratar do tema.

Presidente da Frente Evangélica até o mês passado, o deputado Eli Borges (PL-TO) defende que o candidato à presidência da Câmara a ser "abraçado" pelo grupo precisa de um histórico de afinidade com as pautas conservadoras.

- A questão relativa ao aborto é prioritária. Discordamos terminantemente e queremos ver a comissão andar. Além disso, o Supremo não pode legislar sobre a questão das drogas. Essas quantidades de entorpecentes que os ministros consideraram pequenas, nós consideramos grandes e absurdas. E, em relação ao proselitismo religioso em presídio, queremos ter assegurado o direito de pregar e convidar os presos a mudar os seus estilos de vida. Quando pensamos em um sucessor para a Câmara, pensamos em alguém que defenda nossos valores - discorre.

Já o atual presidente da Frente, Silas Câmara (Republicanos-AC), disse que vai aguardar o retorno da Câmara, nesta semana, para "definir as agendas".

De MST a caminhões

Parte da lista de prioridades da bancada ruralista neste semestre ainda tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa e se refere à atuação do Movimento Sem Terra (MST). Uma vez aprovadas no colegiado, as matérias do chamado "pacote anti-invasão" se tornarão uma ferramenta de pressão para Lira angariar votos, dizem os integrantes da frente agropecuária.

Um dos projetos de lei cria uma relação de pessoas envolvidas em ocupações de propriedades públicas ou privadas, o chamado "Cadastro de Invasores". Outra proposta permite que, em casos de invasão coletiva, o dono da propriedade possa usar força para retirar os invasores do local no prazo de um ano e um dia do ato, independentemente de ordem judicial vigente. Também há temas que parlamentares esperam ver aprovados em plenário e que, certamente, servirão como barganha por votos.

Entre eles, está o projeto que cria créditos para o agro. Outro texto atualiza o limite de cargas para caminhões, o chamado "peso por eixo", considerado fundamental para o escoamento da produção agropecuária e que poderá baratear os custos, além de evitar multas. O Programa Nacional de Fertilizantes também é considerado crucial para os deputados da FPA.

Presidente da bancada do agro, Pedro Lupion (PP-PR), reforça que os parlamentares da frente esperam ver os projetos aprovados neste ano.

- Não há condicionamento de votos para a presidência da Câmara, mas esperamos ver nossas prioridades pautadas, é claro. Estaremos ao lado de quem defenda nossas prioridades - diz.

Em entrevista ao GLOBO no mês passado, Lira afirmou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai participar da escolha do sucessor no comando da Casa Legislativa, mas "não indicará nem deve vetar" um nome. Apesar de correr nos bastidores que Elmar Nascimento seria o favorito para sucedê-lo, Lira evitou, na ocasião, cravar o apoio.

- O que preciso deixar bem claro é que os três (Elmar, Marcos Pereira e Antônio Brito) são muito ligados a mim. Eu elejo o Elmar sozinho? As coisas não são assim. Se o Elmar conseguir se encaixar no perfil, ele vai ser o escolhido. Se não se encaixar, pode ser outro. E ainda pode ser qualquer um. Sei lá o que pode acontecer daqui para lá. O que está claro é que esse assunto será tratado atrás de um perfil, não de um nome. É um processo de construção - pontuou Lira.

Semanas decisivas

Lira afirmou a aliados que decidiria neste mês quem seria o candidato do seu grupo político. Como mostrou ontem o colunista Lauro Jardim, do GLOBO, Elmar Nascimento e Marcos Pereira devem ter um encontro nos próximos dias para definir os passos a partir da escolha do presidente da Câmara dos Deputados.

O círculo mais próximo de Lira tenta ao máximo evitar possíveis rachas e deseja que os nomes preteridos estejam ao lado daquele que for escolhido. O Palácio do Planalto, por sua vez, ainda observa as articulações à distância e quer evitar possíveis contratempos na pauta da Câmara, que tem pela frente neste semestre projetos importantes como a segunda fase da regulamentação da **Reforma Tributária**,

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/08/12/lira-volta-aos-trabalhos-essa-semana-preparando-novos-acenos-as-bancadas-do-agro-e-evangelica-de-olho-na-sucessao.ghtml>

Câmara retoma trabalhos, e comissão do Senado deve votar PEC da Anistia já esta semana

Por O GLOBO - Brasília

A Câmara dos Deputados volta aos trabalhos nesta semana, depois do recesso, com o segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** no horizonte. Já no Senado, a expectativa é que a Comissão de Constituição e Justiça vote na quarta-feira a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Anistia, que livra partidos do pagamento de multas por terem descumprido cotas de repasse a candidaturas de negros e mulheres em eleições anteriores.

Este projeto que trata das mudanças no sistema de **impostos** tem foco no funcionamento do comitê gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, que vai substituir os atuais ICMS e ISS. O primeiro projeto foi aprovado pela Casa em julho e agora aguarda a análise no Senado.

No Senado, o debate pode girar em torno da PEC da Anistia, já aprovada no plenário da Câmara. O texto da proposta não apresenta o impacto da medida, mas a Organização Não Governamental (ONG) Transparência Partidária calcula o volume em até R\$ 23 bilhões.

A proposta retira punições para legendas que não cumpriram a cota de recursos públicos para candidaturas de acordo com critérios de cor e gênero. O texto também deixa de responsabilizar os partidos por falhas em prestações de conta.

Pelo texto, os partidos aplicarão 30% dos recursos nas candidaturas de negros. Hoje há a obrigação, imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral, de uma divisão proporcional ao número de candidaturas de brancos e negros - em 2022, cerca de metade dos candidatos foram negros.

Além disso, há uma espécie de financiamento das dívidas dos partidos, com pagamentos em até 180 meses.

Há também expectativa no Senado para a votação do projeto que renegocia as dívidas dos estados, de autoria do próprio presidente da Casa, Rodrigo Pacheco.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/08/12/camara-retoma-trabalhos-e-comissao-do-senado-deve-votar-pec-da-anistia-ja-esta-semana.ghtml>

Bets: problema de saúde financeira - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO

ECIO COSTA

As Bets devem movimentar R\$ 130 bilhões este ano e podem ter um impacto na dinâmica do consumo das classes C e D. Apesar de recorde em emprego e renda maior que a economia brasileira vem apresentando, as classes C e D não estão recuperando todo o poder de compra perdido e o gasto com apostas pode ajudar a explicar ainda mais essa queda.

De 2020 para cá, o tamanho do mercado de apostas foi de R\$ 10,2 bilhões em 2020 para uma expectativa de fechar esse ano com um valor de R\$ 129,7 bilhões. Esse aumento dos gastos da população nas apostas esportivas online pode ter afetado o processo de recuperação do consumo das famílias no mesmo período.

Esse foi o resultado de um estudo desenvolvido pela PWC, que mostra esse aumento muito forte das apostas online que estão em todos os lugares, nas TVs abertas e fechadas, no smartphone e, sempre com alguma propaganda com inúmeras facilidades, ou seja, com muitos gatilhos para facilitar as apostas.

Essas apostas terminam tendo um peso muito grande no orçamento das famílias. O orçamento das famílias vem se recuperando ao longo do tempo, com inflação mais em conta, com certo ganho no poder de compra. Porém, o valor de aposta médio tem ficado em torno de R\$ 50,00 por mês, impactando severamente a renda das famílias, por exemplo, que ganham um salário-mínimo.

Há uma regulação a caminho para que a partir do ano que vem impostos sejam cobrados sobre a receita das empresas e sobre o ganho dos apostadores. Mas, junto com a regulamentação, há a necessidade de desenvolver um trabalho muito grande para que as formas com que as apostas online são divulgadas sejam mais bem controladas.

As Bets estão em todos os lugares, nas TV abertas e fechadas, no streaming que transmite as Olimpíadas, e em todos os esportes praticamente, nos smartphones, em todo o tipo de propaganda. Além disso, os gatilhos emocionais, a facilidade de acesso ao crédito para usar nos jogos, a possibilidade de apostar sobre praticamente qualquer tipo de resultado

e o mau exemplo de influenciadores contribuem para o aumento do vício em apostas online.

Em geral, as classes C, D e E têm um nível de apostas muito elevado e que se concentra principalmente nos mais jovens e os homens. Essa é uma parte da população que tem pouca educação financeira e sofre com problemas de endividamento e mau planejamento financeiro familiar.

Esse problema ainda vai trazer impactos importantes no Brasil, como já foi observado em outros países, como no Reino Unido e Austrália, onde as apostas online têm sido um problema cada vez maior e os governos daqueles países vêm tentando regular melhor a situação para que as apostas não tragam tanto peso no endividamento das famílias.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/08/bets-problema-de-saude-financeira.html>

Diretora do Fed defende redução de juros nos EUA

I ALEXANDRE ROCHA e LAÍS ADRIANA

A diretora do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) Michelle Bowman disse no sábado, durante reunião com banqueiros dos Estados Unidos, que, "caso os próximos dados sigam mostrando que a **inflação** (nos EUA) se dirige sustentavelmente para a meta de 2%, será apropriado baixar gradualmente os juros para prevenir que a política monetária se torne muito restritiva para a atividade econômica e o emprego". A taxa básica de juros nos EUA está no patamar de 5,25% a 5,50% ao ano.

Ela acrescentou que, apesar de os gastos com consumo terem avançado no segundo trimestre, os consumidores parecem estar mais comedidos no que diz respeito a despesas como gastos em restaurantes. Michelle diz que consumidores de renda baixa e moderada não têm mais economias para esse tipo de gasto. "E nós vimos uma normalização das taxas de inadimplência, que aumentaram a partir de níveis historicamente baixos durante a pandemia."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Qual é a chance de o BC subir o juro? - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

O diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, foi porta-voz da mensagem mais conservadora do Comitê de Política Monetária (Copom) que coloca sobre a mesa a possibilidade de subir os juros na reunião de setembro. Qual é a chance de essa ameaça ser levada a cabo?

Como o Copom não assumiu antecipadamente nenhum compromisso firme - vai depender de como os dados evoluem até lá - não é possível afirmar com certeza. O que dá para dizer é que, se o comitê se confrontar com a mesma situação do último encontro, o cenário provável é a Selic subir acima dos atuais 10,5% ao ano.

Há dez dias, quando saiu o **comunicado** da última reunião, a leitura predominante foi de que o comitê foi "dovish", ou pouco inclinado a aperto nos juros. Participantes do mercado sentiram falta de uma sinalização firme e direta de alta da Selic, ou um "forward guidance".

O Copom não está disposto a fazer sinalizações num ambiente de grande incerteza, mas quer mostrar que não está leniente. Ao longo do tempo, vem transmitindo um grau crescente de desconforto, que vai apertando o torniquete monetário. Antes de maio, havia a possibilidade de cortes de juros. Em junho, o cenário passou a ser a estabilidade da Selic num patamar mais restritivo por mais tempo. Na última reunião, subscreveu a precificação de chances maiores de uma alta de juro. Apesar de não ser nenhuma promessa, as condições financeiras já estão refletindo de fato essa possibilidade.

Galípolo, em um discurso na última quinta, notou que o mercado financeiro passou a entender o balanço de riscos para a **inflação** como uma indicação futura para a taxa de juros. "A mudança do balanço de riscos para assimétrico assumiu a função quase de um "guidance" sobre o que seria feito na próxima reunião", disse o diretor do BC. "Não me parece o mais adequado."

E, realmente, não é. O que o balanço de riscos da reunião de julho informa é o grau de ceticismo com

que os membros do Copom enxergavam o cenário econômico central e as projeções de **inflação** dele derivadas na própria reunião de julho. O que influencia a decisão de setembro é o balanço de riscos vigente em setembro.

As projeções de **inflação** e balanço de riscos de julho são importantes não porque indicam a decisão sobre os juros na próxima reunião, mas porque são o ponto de partida para a análise do cenário econômico que será feita até lá. Para Galípolo, essa largada é "desconfortável".

Pelo que tudo indica, se o Copom encontrar em setembro as mesmas condições que encontrou em julho, deve ter alta da Selic. Galípolo disse que o cenário precisa melhorar, e não serve qualquer melhora, como uma queda do dólar que não represente mudança na dinâmica da **inflação**.

O Copom reconheceu, disse, que a **inflação** projetada para março de 2026, de 3,2%, estava acima da meta, de 3%. Para ele, isso responde a uma controvérsia que havia no mercado: será que Banco Central entendia que, com uma projeção de 3,2%, "o cenário atual estava OK e aguardava não ter uma deterioração"?; ou será que considerava o cenário atual "desconfortável" e precisava de uma melhora?

"As coisas como estão hoje colocam um cenário desconfortável", disse o diretor do BC. Ele também colocou sua opinião de que o balanço de riscos para a **inflação** pende mais para o lado negativo, enquanto o comitê como um todo considerou que havia pesos iguais entre fatores positivos e negativos.

O que falta esclarecer é por que, em julho, o Copom já não caminhou para o aperto, fazendo algo sobre esse desconforto. Em tese, poderia ser porque a incerteza é grande e há chance de o quadro melhorar. Ou então havia o desejo de esperar mais tempo para formar um consenso dentro do comitê.

Qual seria a melhora necessária para dispensar uma alta de juros? Alguns participantes de mercado têm depositado alguma esperança de que, se o banco central americano der algum frescor, baixando os juros de forma mais acelerada, o ambiente inflacionário para o Banco Central brasileiro vai se desanuviar-dispensando não apenas apertos por aqui,

mas abrindo a possibilidade de retomar o afrouxamento.

Galípolo colocou requisitos relativamente altos para desarmar o seu estado de desconforto, ao dizer que movimentos na cotação do dólar não se refletem, de forma mecânica, na **inflação** e, portanto, na condução da política monetária.

A princípio, parece uma daquelas frases vazias que o Banco Central repete. Mas a mensagem parece ser que o Copom não vai usar o dólar como desculpa para deixar de fazer o que é preciso para controlar a **inflação**.

Galípolo lembrou que o efeito do dólar na **inflação** não é linear, ou seja, sempre igual a despeito das circunstâncias. E não é: o ganho com a queda do dólar pode ser menor se a expectativa de **inflação** está desancorada, se os riscos fiscais alimentam dúvidas sobre se a valorização do real será permanente e se a economia está aquecida demais.

Ele colocou o foco na **inflação** causada pela demanda, minimizando ganhos que possam ocorrer por choques positivos de oferta, por mais que tenham alguns efeitos secundários duradouros. Para lidar com esse tipo de **inflação**, não tem truque: é preciso a política monetária apertada.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954?page=1§ion=1>

IPCA sobe mais que previsto, mas alimentos têm deflação (Editorial)

A **inflação** em julho subiu 0,38%, mais do que o esperado pelos 41 analistas ouvidos pelo Valor e bem mais que a projeção do Banco Central para o mês (0,12%). O IPCA está sendo puxado no ano por serviços e pelos preços monitorados. Em 12 meses, o índice encostou no teto da meta de **inflação**, 4,5%. Paradoxalmente, no acumulado do ano até julho, 2,87% é a menor taxa desde 1998, quando foi de 1,65%.

A alta do IPCA não chegou exatamente a surpreender. A **inflação** foi bem baixa no mesmo mês do ano passado (0,12%) e, na comparação anual com agosto, setembro e outubro, as leituras serão pequenas, entre 0,23% e 0,26%. A média mensal do IPCA ao longo de 2024 tem sido mais alta, mas não é difícil que a **inflação** em 12 meses caia em agosto, se os preços dos alimentos se comportarem bem.

Há dados positivos no índice. Os preços de alimentos e bebidas tiveram deflação (-1%) em julho, a maior para o mês desde 1999. Esses itens têm o maior peso no IPCA, e foram puxados para baixo pela queda de 1,51% na alimentação no domicílio. Tiveram impacto de -0,22 ponto percentual, o suficiente para anular altas observados em seis dos nove grupos que compõem o IPCA, com exceção de transportes, que contribuiu com 0,37 ponto percentual.

A elevação dos preços dos alimentos em Porto Alegre contribuiu para inflar o IPCA de junho, colocando um ponto de interrogação sobre a evolução dos preços no resto do ano. Porto Alegre puxou agora a variação para baixo dos preços dessa categoria, com uma deflação superior à média, de -1,62%, só inferior à contribuição no mesmo sentido de Vitória (-1,95%). A **inflação**, por outro lado, está também menos espalhada. O índice de difusão geral, que mede a porcentagem do número de itens que aumentaram em relação ao total, recuou de 53,5% em junho para 46,9%.

Mas as advertências da ata do Copom parecem estar sendo confirmadas, o que não é bom sinal. Segundo o IBGE, a **inflação** de serviços voltou a subir e chegou a 0,75% no mês e 5,01% em 12 meses. Serviços, segundo o BC, assumiram papel preponderante no processo inflacionário, mas, por outro lado, a alimentação no domicílio, sobre a qual a ata afirmara que deixara de contribuir para derrubar a **inflação**,

surpreendeu positivamente. O setor de serviços está sendo puxado pelo aumento do emprego e da renda, de forma que não é de se esperar que deixem de oferecer alguma resistência à queda do IPCA, a menos que a economia desaqueça significativamente, o que não vai acontecer.

A **inflação** de julho teve dois fatores de pressão preponderantes. O item que individualmente mais colaborou para elevar o IPCA do mês foi a gasolina, com 0,16 ponto percentual. A variação de transportes, com 0,37 ponto percentual, teve influência marcante dos preços de passagens aéreas (julho é mês de férias), um indicador que vem variando na casa dos dois dígitos para cima ou para baixo nos últimos meses. Os combustíveis, em 12 meses, estão com altas fortes, somando 9,08%. O óleo diesel foi majorado em 18,14% no período.

Isso faz com que a variação em 12 meses dos preços administrados, como combustíveis e energia, tenha ciclo maior do que a de serviços. Com peso perto de um terço no índice, avançaram 7,04% no acumulado até julho. A energia residencial aumentou 1,93% em julho. A projeção para os preços monitorados no cenário de referência utilizado pelo BC é de 5% em 2024. Ela parece subestimada, mas pode estar correta se não houver surpresas no resto do ano. A bandeira de energia, que se tornou amarela no mês passado e elevou a conta de luz, voltou a ser verde em agosto. Quanto ao petróleo, rondam grandes incertezas, diante da possibilidade de aumento da tensão no Oriente Médio a partir do temor de um enfrentamento mais amplo entre Irã e Israel, que jogaria as cotações para o alto.

Determinante para o efeito doméstico das commodities em geral, o dólar deverá perder fôlego depois da escalada de junho-julho, quando chegou a R\$ 5,75. A valorização da moeda americana inverteu seu rumo nos últimos dias - na sexta-feira sua cotação fechou em R\$ 5,51. Em agosto, o dólar recua 2,53%, em um movimento que pode afastar o pior cenário: sua permanência nos níveis de fim de julho, o que teria efeito certo altista nos preços domésticos, um dos riscos apontados pela ata do Copom. O esperado início do corte de juros pelo Fed (o banco central americano), em agosto ou setembro, deverá retirar um pouco mais de fôlego do dólar ante o real.

A média dos cinco núcleos de **inflação** acompanhados pelo BC subiu em julho, alcançando 3,83% em 12 meses. A **inflação** cheia, porém, vai fechar o ano abaixo de 4,5%, como preveem a maioria dos analistas -4,12% de acordo com a mais recente pesquisa do Focus. O IPCA ficará então distante da meta, como é consenso entre analistas e BC, mas não a ponto de justificar uma elevação dos juros no curto prazo, que seguem no terreno contracionista. A perspectiva mais otimista, por enquanto, não é boa. Para a **inflação** se aproximar dos 3% será preciso manter a Selic em 10,5% por seis trimestres. O governo poderá melhorar muito esse cenário superar a enorme descrença e cumprir a meta fiscal.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954?page=1§ion=1)**

PIB da bioeconomia" avançou 1,03% em 2023, afirma FGV

Conjuntura Camila Souza Ramos De São Paulo

Os setores produtivos baseados em recursos biológicos e em biotecnologia cresceram no ano passado, após uma retração em 2022. Calculado pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Produto Interno Bruto da Bioeconomia (**PIB-Bio**) teve um incremento de 1,03% em 2023 em termos reais. Esse recorte do **PIB** chegou a R\$ 2,7 trilhões, ou a 25,3% do **PIB** nacional.

O cálculo não está relacionado a setores com produção ambientalmente sustentável, conforme conceito mais conhecido de "bioeconomia". Na metodologia da FGV, entra no cálculo o desempenho de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, pesca e aquicultura, alimentos e bebidas, celulose e papel, têxteis, bio-combustíveis, produtos do fumo, bem como partes das indústrias de vestuário, calçados, madeira, farmoquímicos, borracha e plástico, móveis e energia elétrica.

Em 2023, o destaque foi para os setores de "bioeconomia primária", que incluem as cadeias de valor da agricultura, pecuária, serviços florestais, pesca e aquicultura. Nesse recorte, o crescimento foi de 5,9%. Apenas a agropecuária, por exemplo, cresceu mais de 15% devido aos ganhos de produção e produtividade.

Cícero Lima, pesquisador do Observatório de Bioeconomia da FGV, observa que "o avanço da biotecnologia, com pesquisa de novos cultivares (sementes) e adaptações às mudanças climáticas, fazem parte da bioeconomia". "Investimento em pesquisa e inovação se reflete em produtividade e maior produção e crescimento econômico", diz.

Os demais segmentos do cálculo do **PIB-Bio** registraram queda em 2023. A mais acentuada foi a do setor de bioenergia, que recuou 15,1%, devido ao impacto da pressão dos custos de produção, afirma o pesquisador. "Embora a produção de cana e moagem tenham batido recordes em 2023, o aumento de custos na cadeia, como insumos e serviços, prejudicou o crescimento de toda a cadeia de produção".

O segmento também inclui o desempenho das cadeias de bio-diesel e de geração de energia elétrica com

origem em biomassa, como a partir de cana e lenha.

No segmento de bioindústria - que abrange as indústrias que processam os produtos primários da bioeconomia em produtos de valores agregado e sua cadeia, com forte peso das cadeias de alimentos e bebidas -, o resultado foi negativo em 1,3% no ano. Segundo Lima, "embora o setor industrial de alimentos e bebidas tenha crescido, as margens de distribuição, comércio e serviços ficaram mais caras, o que fez a cadeia toda reduzir em relação a 2022".

Já o segmento classificado como "indústria com viés biológico", e que reúne todas as cadeias que têm em seu mix de produção insumos biológicos, teve um recuo de 0,1%. Nesse segmento são incluídos, por exemplo, a indústria de fármacos e medicamentos. Segundo o pesquisador, essa indústria experimentou no ano passado margens de distribuição e comercialização mais favoráveis, o que resultou em um desempenho praticamente equivalente ao do ano anterior.

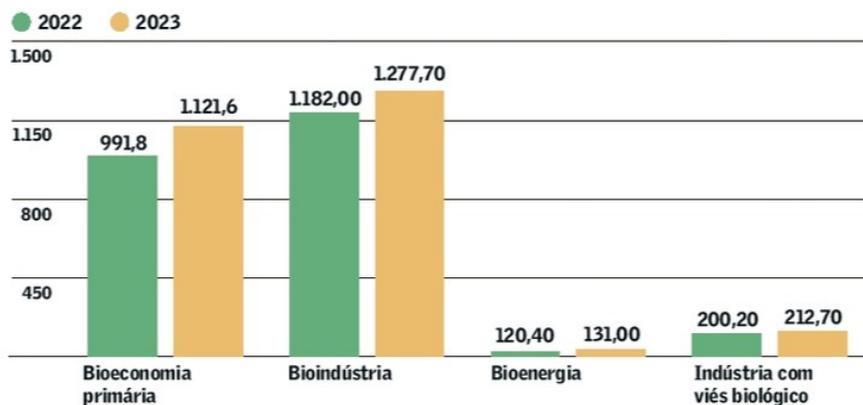
Segundo Lima, a expectativa para 2024 é de crescimento real. A bioeconomia primária, que registrou avanço no primeiro trimestre, deve desacelerar no restante do ano, conforme comportamento sazonal, enquanto a bioindústria e a indústria com viés-biológico devem acelerar agora "justamente pelo crescimento da demanda interna e recuperação da economia brasileira, mesmo que devagar", observa.

"Investimento em pesquisa e inovação se reflete em produtividade" Cícero Lima

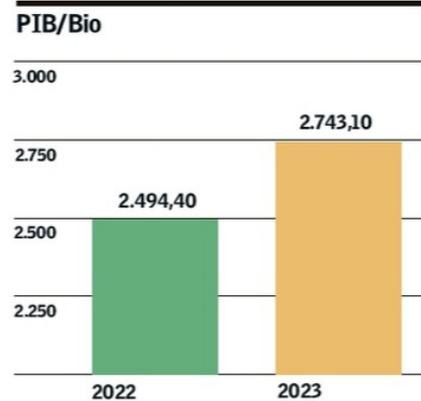
Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187954>

PIB da Bioeconomia

Evolução por segmento - em R\$ bilhões



Fonte: Observatório de Bioeconomia da FGV



Política monetária nos EUA

(Victor Rezende)

O progresso em torno da desinflação nos EUA em maio e junho "é um desenvolvimento bem-vindo", mas a **inflação** segue "desconfortavelmente" acima da meta de 2%, o que deve levar o Federal Reserve (Fed, BC americano) a continuar a monitorar indicadores até a reunião de setembro. A avaliação foi feita no sábado pela diretora do Fed Michelle Bowman em evento no Colorado. "Meu cenário base é de que a **inflação** irá cair ainda mais diante da atual postura da política monetária", disse ela.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954>

Risco de alta da Selic segue no radar



Daniela Lima, da Kinea, projeta retomada da alta da Selic ao longo de 2025

Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Caldeira De São Paulo

A cobrança de parte do mercado por um tom mais duro e preocupado do Banco Central (BC) em relação às pressões inflacionárias foi atendida na semana passada, com menções explícitas da autoridade monetária a uma retomada, se necessário, de um processo de elevação da taxa básica de juros. A maior parte do mercado continua esperando pela manutenção da Selic em 10,5% por um longo tempo, mas há um viés de alta nas projeções para o juro básico no fim do próximo ano, ao mesmo tempo em que o debate sobre a necessidade de um novo ciclo de aperto monetário tem se fortificado.

Na pesquisa conduzida pelo Valor entre 7 e 9 de agosto com 109 instituições financeiras e consultorias, o ponto-médio das projeções ainda aponta para uma Selic de 10,5% no fim deste ano. No entanto, a mediana das estimativas para a taxa de juros no fim de 2025 ficou em 9,75%-um aumento de 0,25 ponto percentual em relação ao levantamento divulgado no fim de julho.

Se no fim de julho apenas três casas projetavam elevações na Selic até o fim deste ano - Novus Capital, Reag Investimentos e XP Asset Management -, outras instituições passaram a adotar essa visão em seus cenários, embora ela ainda seja minoritária. São os casos de Itaú Asset Management, JGP e Panamby Capital, entre outras instituições.

O mercado de juros, que já pre-cificava elevações na Selic até o fim deste ano, consolidou as apostas em altas na taxa de juros nos próximos meses, mesmo com o alívio observado no câmbio. O tom duro adotado pelo Banco Central - em especial a preocupação com a **inflação** destacada pelo diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, em discurso na semana passada - ajudou a cristalizar as apostas em torno de uma Selic mais apertada à frente.

"Com o discurso de Galípolo, que reforçou a mensagem dura da ata, a chance de frustração e de não haver aumento dos juros em setembro é pequena, na nossa visão", diz a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira. "E se o câmbio se valorizar? Bem, se a Selic não subir, parece mais provável que o câmbio volte a depreciar", defende a economista, que passou a esperar um aperto das condições monetárias ainda este ano, que leve a Selic a 11,25% em dezembro.

"Concordamos com o BC de que o risco para a **inflação** é altista. Afinal, estamos lidando com uma economia que cresce mais do que imaginávamos, com um mercado de trabalho aquecido e um crescimento significativo dos salários, e a **inflação** já está em 4,5% em 12 meses, ainda com risco de alta dos preços industriais devido ao câmbio mais desvalorizado", afirma a economista. Para a Tenax, a Selic deve chegar a 11,5% no começo do próximo ano, mas a convicção em relação ao ajuste total "não é grande". "Enquanto o modelo sugere um ajuste pequeno (até menor que 1 ponto), o balanço de riscos coloca o viés totalmente para cima." No caso da Kinea Investimentos, a expectativa é de uma elevação da taxa de juros, mas que deve ocorrer somente no próximo ano, já no primeiro semestre, e que deve totalizar 1 ponto percentual, ainda que o momento da retomada do aperto monetário dependa da trajetória do real, de acordo com a economista Daniela Lima.

Ela, inclusive, nota que a comunicação do BC tem ficado gradual-mente mais conservadora desde a decisão do Copom. "Parecia que o BC tinha escrito no **comunicado** que o balanço de riscos estava **assimétrico**. Na ata, aumentou o tom, dizendo que não hesitaria em voltar a subir os juros. E, depois, o Galípolo foi mais duro do que na ata, classificando o balanço de riscos como **assimétrico** e dizendo que, na sua avaliação, uma **inflação** de 3,2% está acima da meta", nota.

"Isso é importante, porque sempre existe dúvida do

que seria uma **inflação** "em torno da meta". Para o Galípolo, 3,2% é acima da meta e ele se mostrou bastante desconfortável com o cenário de **inflação**", afirma Lima, cujo cenário base aponta para um IPCA de 4,2% neste ano e de 4,5% em 2025 em meio à piora nas estimativas de preços de bens industrializados e da pressão sobre a **inflação** de serviços.

"O qualitativo da **inflação** vai piorando ao longo do tempo. O BC está numa estratégia de comprar tempo. Se nós tivermos um rali de curto prazo no real, o Copom consegue comprar esse tempo e subir a Selic só em 2025. Mas temos uma **inflação** rodando perto do teto da meta neste ano e no teto da meta no ano que vem. Tem uma margem de quanto o BC, de fato, consegue segurar essa alta de juros", avalia.

O economista-chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, mantém como cenário base uma Selic de 10,5% no fim deste ano, ao apontar que essa "ainda parece ser a vontade do BC, que mantém esse plano de voo como cenário de referência", afirma. Para ele, no entanto, há uma série de dificuldades para que a estratégia do Copom seja bem-sucedida. "A estratégia do 10,5% está condicionada a que coisas benignas aconteçam do lado da **inflação**", aponta.

Entre elas, de acordo com o economista, está uma apreciação cambial, que dê folga para a **inflação** de curto prazo; uma desaceleração da atividade econômica, que leve a uma abertura do hiato do produto; e uma melhora nas expectativas de **inflação**. Para evitar um aumento nos juros, os três eventos deveriam acontecer, mesmo que parcialmente, na visão de Cardoso.

"Achamos que ainda há uma apreciação do câmbio para acontecer e que, assim, os efeitos nos "tradables" vão ser mais suaves. Temos alguma preocupação com as expectativas, já que o BC pode soar duro, mas, sem ajuda do fiscal, é difícil vencer essa batalha na totalidade. O mais provável é que voltemos ao equilíbrio anterior, onde, passada a maior tensão do ponto de vista fiscal, as expectativas parem de piorar", afirma.

A maior preocupação, no entanto, está relacionada à atividade econômica. "Não acreditamos que ela vai permitir que o BC leve a Selic abaixo da taxa neutra. Ainda assim, vemos que a estratégia de uma Selic parada em 10,5% até meados do ano que vem é vencedora", afirma Cardoso, ao projetar o juro básico em 9,5% em 2025.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187954>